



RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806 - ON LINE

Ano 2, Vol. I, Número 1, Jan-Jun, 2018, p. 95-115.

MULHER PRETA E HOMEM BRANCO: A REPRESENTAÇÃO FEMININA NO ROMANCE *CHOVE NOS CAMPOS DE CACHOEIRA*, DE DALCÍDIO JURANDIR¹

Rosiely Façanha a Cunha & Joanna da Silva

Resumo: Analisar a representação feminina no texto literário, e as relações de poder engendradas por construtos sociais, é, em primeiro lugar, uma ação política e social que visa desconstruir a clássica representação produzida pela hegemonia patriarcal masculina, que durante séculos relegou/a à mulher a condição de subordinação e silenciamento por meio de estratégias de disciplinamento e controle do corpo feminino. Neste sentido, o presente artigo toma como objeto de estudo a obra *Chove nos Campos de Cachoeira* (1941), do escritor paraense Dalcídio Jurandir, por meio da qual discutiremos a representação da mulher na sociedade Amazônica a partir do protagonismo da personagem Dona Amélia, e das relações que estabelece com os demais personagens no interior da narrativa. Mulher negra, e descendente de escravos, Amélia é discriminada pela sociedade Cachoeirense por viver na condição de “amasia” do Major Alberto, homem branco e de boa posição social na Vila de Cachoeira. A abordagem crítica/análítica aqui proposta terá como suporte teórico os estudos feminista e de gênero, apoiada em autores como: ALVES & PITANGUY (1985), ASSMAR (2003), BEAUVOIR (1970), BONNICI (2003), COSTA (2005), SILVA (2014), SAFFIOTI (2013), SCOTT (1990), que subsidiarão a discussão aqui eleita objeto de estudo.

Palavras-chave: Representação Feminina. Texto literário. *Chove nos Campos de Cachoeira*.

Abstract: Abstract: Analyzing female representation in the literary text, and the power relations engendered by social constructs, is, first of all, a political and social action that seeks to deconstruct the classical representation produced by male patriarchal hegemony, which for centuries relegated woman's condition of subordination and silencing by means of disciplinary strategies and control of the female body. In this sense, the present article takes as object of study the work *Chove nos Campos de Cachoeira* (1941), by the writer Dalcídio Jurandir, by means of which we will discuss the representation of the woman in the Amazonian society from the protagonism of the character Dona Amélia, and of the relationships that she establishes with the other characters within the narrative. A black woman, and a descendant of slaves, Amelia is discriminated against by Cachoeirense society for living in the condition of "shacking together" of Major Alberto, a white man with a good social position in Vila de Cachoeira. The critical / analytical approach proposed here will have as theoretical support the feminist and gender studies, supported by authors such as: ALVES & PITANGUY (1985), ASSMAR (2003), BEAUVOIR (1970), BONNICI (2003), COSTA (2005), SILVA (2014), SAFFIOTI (2013), SCOTT (1990), which will subsidize the discussion here chosen as object of study.

Keywords: Female Representation. Literary text. *Chove nos Campos de Cachoeira*.

¹Artigo produzido a partir de uma pesquisa realizado no Projeto de Iniciação Científica-PIBC, no curso de Letras (Português/Inglês), da Universidade Federal do Amazonas-UFAM.



RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806 - ON LINE

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A obra literária, como bem sabemos, não constitui prova documental ou histórica do universo circundante, mas sim o representa com seus valores e tradições, uma vez que é na realidade sociocultural que busca os elementos para se autoconstruir. Assim, podemos afirmar que a literatura produzida no Norte do Brasil apresenta um rico acervo composto por obras de grande valor cultural, social e estético, embora, grande parte desse acervo seja ainda desconhecida pelo leitor e pela crítica brasileira. Nesse sentido, consideramos importante estudos e pesquisas que promovam o conhecimento de obras literárias até hoje pouco exploradas pelo leitor e pela crítica brasileira contemporânea.

São obras que tematizam a Amazônia por meio da atuação de personagens representativos desse rico e complexo universo, que através da ficção protagonizam temáticas relacionadas a questões socioculturais contextualizadas em espaços ora rurais, ora urbanos, abordando assuntos de natureza histórica, geográfica, cultural, regional, política e social, seja referentes à luta de classes, as representações masculina e feminina, os conflitos e dramas envolvendo questões ligadas à identidade, raça/etnia, entre outros.

Nesse sentido, o presente estudo toma como objeto de análise a obra intitulada *Chove nos Campos de Cachoeira* (1941), do escritor paraense Dalcídio Jurandir, com ênfase na representação da personagem feminina Dona Amélia: mulher negra, oriunda de Muaná, e descendente de escravos/cabanos que, ao se tornar “amasia” do Major Alberto, homem branco de boa posição social, passa a ser discriminada pela sociedade conservadora e defensora das convenções patriarcais na Vila de Cachoeira, situada na ilha de Marajó, no estado do Pará. Nessa época, a união entre um homem branco e uma mulher negra não era bem aceita pela sociedade conservadora, por isso, Amélia sofre preconceitos de natureza social, racial e sexual, por parte da família do Major, e também dos moradores da comunidade Cachoeirense.

A missão literária de se discutir a representação feminina e as relações de poder engendradas por construtos sociais deve ser considerada, em primeiro lugar, uma ação política e social de desconstrução da representação feminina clássica produzida pela



RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806 - ON LINE

hegemonia patriarcal masculina, que relegou/a à mulher a condição de subordinação e silenciamento por meio de estratégias de disciplinamento e controle do corpo feminino. Assim, para desenvolvermos o estudo aqui proposto, buscaremos suporte nos estudos feministas e de gênero, apoiados em críticos como: ALVES & PITANGUY (1985), ASSMAR (2003), AZEVÊDO (1987), BEAUVOIR (1970), BONNICI (2003), COSTA (2005), SILVA (2014), SAFFIOTI (2013), SOUZA (1977), SCOTT (1990), entre outros, que nos permitirão uma fundamentação teórica capaz de auxiliar na discussão acerca da análise das relações de gênero e da representação feminina no romance em questão.

A MULHER E O SISTEMA COLONIAL NA AMAZÔNIA

O sistema social na Amazônia coexistiu com a chegada dos portugueses (1600-1823), ocupando e implantando o modelo colonialista português, que se pautava em interesses econômicos com finalidade mercantilista de exploração da nova terra e da mão de obra do nativo, fato muito comum naquela época, pois os europeus já haviam empregado esse mesmo modelo em outras regiões por eles colonizada, como a África e a Índia. Como afirma Alfredo Bosi (1992, p.15): “A colonização é um projeto totalizante cujas forças motrizes poderão sempre buscar-se no nível do colo: ocupar um novo chão, explorar os seus bens, submeter seus naturais”.

Ao chegar no território Amazônico, o colonizador europeu trazia consigo ambiciosos desejos de enriquecimento, pois acreditavam ter encontrado o “paraíso”. Na região havia muitas tribos nativas, que eles pretendiam tornar submissos ao domínio do branco por meio da fé cristã, e assim utilizá-los posteriormente como mão de obra escrava na exploração da nova terra. Os colonizadores portugueses, como assinala Azevêdo (1987), impuseram sua superioridade ao nativo por ser próprio da cultura deles, uma vez que acreditavam na superioridade do homem branco sobre o povo nativo.

Ao conquistar a Amazônia os portugueses, segundo Souza (1977), buscavam fixar um processo de aculturação e transculturação do nativo, de maneira eficaz, prevalecendo-se do próprio discurso regional da localidade (Amazônica), com intenções de implantar novos hábitos e costumes, destribalizando os indígenas, fazendo-os



RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806 - ON LINE

renunciar sua própria cultura e seu sistema social, para em seguida se submeterem a nova cultura imposta pelo homem branco. Assim, tornou-se concomitante pelos portugueses a implantação do sistema patrimonial, sendo este uma política de total submissão (nativa), definida por questões de subordinações econômicas e por comportamentos tradicionais exigidos pelo governo e pela igreja, como o casamento (na questão de gênero), expandindo-se pela divisão de classes e etnias. Como enfatiza Costa (2005, p. 53): “O patrimonialismo é visto como uma extensão da autoridade patriarcal, [...]”.

Segundo a teoria feminista, o patriarcalismo se tornou um dos sistemas mais relevantes de toda a história social, que repercutiu universalmente de forma hegemônica, dando ao homem branco todo o direito de agir de forma autoritária e repressiva sobre a mulher, como nos esclarece Bonnici:

Na teoria feminista, o patriarcalismo é definido como o controle e a repressão da mulher pela sociedade masculina e parece constituir a forma histórica mais importante da divisão e opressão social. É um vazio conjunto universal de instituições que legitimam e perpetuam o poder e a agressão masculina (BONNICI, 2007, p.189).

A Igreja Católica também exerceu importante papel nesse sistema social, sendo responsável pela sua difusão e manutenção na ordem familiar amazonense (brasileira), como nos enfatiza Costa (2005, p. 119): “A família por sua vez seguia o modelo hierarquizado: O homem como chefe e provedor e a mulher submissa, casta e fiel; filhos obedientes aos pais. O exemplo da mulher para a Igreja era a Virgem Maria”. Nesse sistema, a mulher deveria adotar fielmente os princípios doutrinários da igreja católica, que exigia, entre outras coisas, a abdicação de toda e qualquer vaidade e exageros mundanos que pudessem comprometer a imagem feminina (singela e recatada) perante à sociedade.

Segundo o princípio religioso, o ser feminino, dócil e frágil, era por natureza guiado pela emoção e não pela razão, e por isso incapaz de atuar na esfera pública, razão pela qual foi alocado em segundo plano no casamento e na esfera social, como nos ressalta Saffioti:



RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806 - ON LINE

A hierarquia no grupo familiar se faz segundo o preceito bíblico de que o homem é a cabeça, e a mulher o coração. Sendo a emoção considerada inferior à razão, ao homem cabe, “naturalmente”, o governo da casa e da mulher. A sujeição da mulher ao homem é, pois, princípio inatacável e de validade eterna para a igreja (SAFFIOTI, 2013, p.145).

Limitada à esfera privada, a mulher foi tolhida de exercer seus direitos políticos na sociedade amazônica, ficando assim à margem do processo histórico, político e social da região, uma vez que, como nos afirma Costa (2005, p. 71): “Para a ciência política clássica, o *locus* político sempre foi à esfera pública. Consequentemente, a mulher, que por condições culturais era mantida na esfera privada, teve seu papel político invisibilizado na história”.

A igreja, como estratégia de manter seu poder ao ocupar espaço na região Amazônica, instituiu imposições em relação ao casamento, pois estabelecia que o homem não podia cometer adultério ou viver amancebado com uma mulher de cor branca, pois exigia-se o casamento entre ambos, para que a mulher não ficasse “difamada”. No entanto, os relacionamentos extraconjugais com índias e escravas não sofriam qualquer punição ou retaliação por parte da igreja ou da sociedade, como nos esclarece Costa:

[...], a despeito da orientação católica impressa à família portuguesa, realizavam-se as adequações ao meio tropical. De um lado pela própria Igreja, com sua plasticidade e de outro lado, com a população desenvolvendo estratégias de manutenção. Adequações, diga-se de passagem, pelo lado masculino, pois que à mulher branca era exigido o comportamento tradicional, fiel no recanto do lar. O relacionamento sexual com escravas não era enquadrado no concubinato e com as índias, ao menos na prática nunca foi [...]. Na realidade, os homens sempre desfrutaram da dupla moral: da casa e da rua, valendo a monogamia só para mulheres. (COSTA, 2005, p. 113-114)

Assim, enquanto a mulher branca era proibida de manter relação sexual antes do casamento, as mulheres indígenas e negras não eram consideradas apropriada para constituir família com homens da classe dominadora, pois eram vistas somente como objeto sexual destes, que poderiam possuí-las sem qualquer comprometimento ou responsabilidade social.

Nesse sistema social, a classe dominante, como nos esclarece Saffioti (2013), buscava conservar a união entre a casta branca, e proibir o casamento entre raças, não só para evitar a frequente miscigenação, mas também para manter-se no poder, o que deixava



RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806 - ON LINE

claro que o verdadeiro motivo da separação étnica entre a população era de origem econômica e política, e não racial, como se podia acreditar.

OS ESTUDOS FEMINISTAS E DE GÊNERO E A REPRESENTAÇÃO DA MULHER

A partir do século XIX foram feitas diversas reflexões sobre o comportamento socialmente atribuído a diferença sexual, sendo questionadas as ideologias do sistema patriarcal que beneficiavam apenas o homem, e alocavam a mulher numa posição cada vez mais submissa ao marido e às responsabilidades domésticas. Segundo Bonnici:

A diferença sexual, enraizada na natureza e desejada por Deus, foi argumento subjacente à socialização do homem e da mulher no século 19 quando sérias reflexões estavam sendo feitas a respeito. Uma ideologia da subserviência, inferioridade intelectual [...], submissão, corrupção sexual formaram o processo de dependência erroneamente atribuída à diferença sexual e não a hierarquia de poder (BONNICI, 2007, p.61).

Por volta de 1960, com o desenvolvimento da vertente feminista, surgiram vários estudos e movimentos questionando o papel feminino na sociedade, e à construção das representações entre os sexos, buscou-se cientificamente subsídio para entender e explicar os reais fatores da desigualdade entre os sexos e sua influência no campo social. Como destaca Carloto (2001, p. 3): “A categoria gênero vai ser desenvolvida pelas teóricas do feminismo contemporâneo sob a perspectiva de compreender, dentro de parâmetros científicos, a situação de desigualdade entre os sexos e como esta situação opera na realidade e interfere no conjunto das relações sociais”.

Cynthia A. Scarti (2004) atesta que o feminismo no Brasil, mesmo tendo recebido influências europeia e norte-americana, teve seu grande marco a partir das lutas femininas contra o sistema de governo que se instaurou durante o golpe militar de 1964, porquanto, as mulheres nessa época, receberam emancipação para participar da luta armada juntamente com os homens, obtendo um bom desempenho no manuseio de armas, de tal modo que as militantes começaram a questionar sobre os atributos socialmente



RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806 - ON LINE

restritos a classe feminina, como a virgindade, o casamento e, sobretudo a esfera privada, colocando em xeque as ideologias de gênero entrelaçadas com as divisões de classe.

Já na região Amazônica, por questões políticas, econômicas e sociais, subsidiadas pelo isolamento e o analfabetismo, o movimento feminista eclodiu somente no início do século XX, causando desordens ao sistema patrimonial em vigência, como nos aponta Costa:

O comportamento político da mulher só irá se tornar público a partir do movimento feminista, no final do século XIX, alimentado por um ideário europeu, sobretudo. Porém, na Amazônia pelas condições políticas, econômicas e sociais, ele irá tomar corpo somente no início do século. Sem dúvidas, acarretando um enorme desconforto para uma sociedade patriarcal e patrimonial (COSTA, 2005, p. 82).

Desse modo, a expressão “feminismo” compõe todas as lutas e movimentos dirigidos por mulheres, que não aceitando mais a condição estereotipada de ser inferior, buscaram a desconstrução do sistema repressor sexista em prol de seus direitos igualitários. De acordo com Alves e Pitanguy (1985), o movimento feminista procurou apresentar à sociedade uma nova roupagem sobre os papéis atribuídos a relação de gênero, proporcionando ao indivíduo uma nova forma de construir sua própria identidade social, independente do sexo ou de padrões tradicionais e universais impostos pelo sistema de governo hierárquico.

Segundo Scott (1990), a corrente feminista se preocupou com o termo gênero como uma categoria analítica somente no final do século XX, contudo, muito já se tinha discutido a respeito das representações binárias entre homem/mulher, porém, o termo gênero como forma de proporcionar um regulamento entre as relações sociais, sendo visto como o responsável por criar conceitos considerados “adequados” para serem desempenhados entre os sexos foi apresentado pela primeira vez pelas feministas contemporâneas.

Em seus estudos voltados para a questão de gênero, Adrian Priscitelli (2005), nos alerta que o gênero não se restringe somente a diferença sexual como também se

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806 - ON LINE

estende para outras camadas tais como raça², classe, sexualidade e nacionalidade que foram/são tragicamente também reprimidas socialmente. Sobre esse assunto, Bonnici (2007) propõe que a condição feminina deve ser analisada além da sistematização relacional de gênero, sendo observadas também as repressões racial e sexual, uma vez que, considerando apenas os problemas de gênero, será viabilizada apenas à opressão sofrida por certa classe de mulheres desconhecendo a de outras, o que pode ser qualificado como opressão essencialista.

Contudo, a mulher negra vem lutando para quebrar o silêncio e romper com o preconceito racial de origem essencialista, que se perpetuou por meio das limitações sociais, reivindicando sua acedência no campo social para que seus direitos sejam (re)vistos e conquistados dentro do movimento feminista, supostamente formado por mulheres.

[...] as mulheres negras têm lutando pelo reconhecimento de sua própria pauta de luta no interior do movimento feminista, resistindo, assim, aos pressupostos do movimento de mulheres baseado na categoria unificada de “mulher” que, implicitamente, inclui apenas as mulheres brancas (AZIZ, 1992 *apud* SILVA, 2014, p. 37)

Ao nos reportarmos a uma análise sob os parâmetros sexista, observamos que a categoria feminina vivenciou o sexismo sob ângulos divergentes, porquanto, a mulher negra além de ter sofrido opressão, sofreu racismo e abuso sexual, sendo estes uns dos principais fatores, segundo a análise aditiva, na contribuição da formação da identidade social de uma mulher, como nos aponta Spelman:

[...] de acordo com análises aditivas de sexismo e racismo todas as mulheres são oprimidas pelo sexismo; algumas são, além disso, pelo racismo. Uma análise como essa distorce as experiências de opressão das mulheres negras por negligenciar importantes diferenças entre os contextos nos quais mulheres negras e mulheres brancas têm suas experiências com o sexismo. A análise aditiva sugere ainda que a identidade racial de uma mulher pode ser subtraída

²Para Santos e Wielewicki (2003), o conceito de raça pode ser definido como um classificador de características físicas comuns entre um mesmo grupo, tidos como negros, brancos, pardos entre outros. De acordo com as autoras, a ideia de raça é posta de forma muito restrita diante da grandeza humana e social, causando percas irreparáveis na história de diversos povos, as quais são repassadas por meio da cultura de forma fragmentada. Assim, o conceito de raça quando usado para explicar diferenças sociais, através de fatores biológicos, passa a ser interligado com fatores de discriminação racial.



RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806 - ON LINE

de sua identidade simultaneamente sexual e racial (SPELMAN, 1988 *apud* NICHOLSON, 2000, p. 14).

Portando, torna-se perceptível que os problemas relacionados à categoria de gênero foram se construindo ao passar dos anos sob um sistema de hierarquia, porém, não apresentando uma base fixa, pois, determinou não só as diferenças sociais através do sistema biológico entre os sexos como também as relações entre classe, raça e sexualidade.

DALCÍDIO JURANDIR E A FICÇÃO NO “EXTREMO NORTE” DO BRASIL

Dalcídio Jurandir é considerado pela crítica literária, segundo Assmar (2003), como escritor regionalista que fez parte do grupo nortista e logo depois do grupo moderno e pós-moderno, e eleito pela crítica brasileira como “o maior romancista do extremo norte”. Nasceu em 10 de janeiro de 1909, na Vila de Ponta de Pedras, situada na Ilha do Marajó no estado do Pará, atuou como romancista, cronista e jornalista escrevendo para diversos jornais e revistas. Foi militante comunista, sendo preso em 1936 e 1937, vindo a falecer em 16 de julho de 1979 no Rio de Janeiro.

Suas obras apresentam temas regionais que discorrem sobre a vida do sertanejo, que por meio de personagens fictícios constrói a representação social do ser humano e seus dilemas enquanto participante de uma sociedade desigual nas questões econômicas, de gênero, étnicas/raciais e culturais. Sua escrita, de cunho denunciativo, busca retratar a realidade Amazônica nos vilarejos paraense.

Escritor social, fez temas regionais amazônicos florescerem universalmente, os quais permanecem tão atuais quanto na época que os escreveu, sendo ainda hoje bastante discutidos (como é o caso do preconceito racial). Como afirmam Senna e Perreira (2004, p. 21 *apud* SANTOS, 2010, p. 16): “Mário criou a metáfora da origem brasileira, Dalcídio criou a ficção dos homens amazônidas, brasileiros desconhecidos e de pés no chão, sem deixar cair “numa folclorização ou exotização da Amazônia” [...]”.

A obra *Chove nos Campos de Cachoeira* (1941)³, foi o primeiro romance publicado por Dalcídio Jurandir ao longo de sua produtiva carreira, seu mérito e prestígio

³Nesta pesquisa utilizamos a 3ª Edição, publicada em 1991.



RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806 - ON LINE

foi reconhecido pela Academia Brasileira de Letras, que em 1972 lhe concedeu o Prêmio Machado de Assis pelo conjunto de sua obra, formada por onze livros intitulados: *Chove nos campos de Cachoeira* (1941), *Marajó* (1947), *Três casas e um rio* (1958), *Linha do Parque* (1959), *Belém do Grão-Pará* (1960), *Passagem dos Inocentes* (1963), *Primeira Manhã* (1968), *Ponte do Galo* (1971), *Os Habitantes* (1976), *Chão dos Lobos* (1976), *Ribanceiras* (1978).

A produção dalcidiana, como explicita Assmar (2003), tem por característica a temática do homem nortista, contextualizada dentro do regionalismo dominante à época da fase de afirmação gloriosa da ficção modernista, cujo fator impulsionador era tratar da realidade regional, não só como movimento estético, mas também como mecanismo de denúncia das mazelas sofridas pelo homem no meio que o circunda. Deste modo, a narrativa dalcidiana pode ser considerada como legítima representação do extrato humano do homem amazônico, fundamentada na reconstituição dos tipos, costumes, tradições próprias da região a qual se faz representar.

O romance *Chove nos Campos de Cachoeira* (1941)⁴, ora eleito objeto de estudo, contextualiza-se na localidade de Cachoeira, Ilha de Marajó, no estado do Pará, cuja narrativa se desenvolve por meio de um narrador onisciente, com um duplo enredo que se divide em duas vertentes, com dois personagens principais: Alfredo, e seu meio-irmão, Eutanázio.

Alfredo, o protagonista de uma das vertentes do romance, é uma criança que caminha rumo à adolescência, com suas peripécias, cheio de sonhos e expectativas em relação ao futuro, sempre tendo a seu lado a presença amorosa e protetora de sua mãe (Dona Amélia) e de seu inseparável caroco de tucumã, uma mistura de brinquedo e amuleto de estimação. Já Eutanázio, que pode ser considerado protagonista na segunda vertente narrativa, ao contrário de Alfredo, não revela entusiasmo algum pela vida, é irônico e pessimista em relação ao futuro. Filho do primeiro casamento do Major, possui uma relação tumultuada com o pai, e traz no coração a desilusão do amor não correspondido pela jovem Irene, moça bonita que desdenha de seu amor por ela.

⁴De acordo Bolle (2012), a obra *Chove nos Campos de Cachoeira* se contextualiza historicamente entre a década de 1920 a 1930, retratando os problemas sofridos pela comunidade Cachoeirense após o declínio da borracha (1912).



RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806 - ON LINE

Eutanázio é também portador de uma doença venérea que o acompanha ao longo de sua vida.

Embora à primeira vista não figure como personagem central na narrativa, Dona Amélia é uma personagem muito significativa que circula entre as duas vertentes e chama a atenção por sua condição de mulher negra, esposa, mãe, e integrante da família de Major Alberto que, devido a sua condição de descendente, sofre preconceitos de natureza racial, social e sexual por parte de sua família e dos moradores da comunidade Cachoeirense, como veremos na análise que segue.

DONA AMÉLIA E A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NO ROMANCE DE DALCÍDIO JURANDIR

Na percepção de Silva (2015), ao citar Hall (2003), o conceito de gênero está intrinsecamente atrelado ao de ideologia, que se constitui como um sistema articulado de suposições pelo qual uma sociedade opera e se manifesta, pela maneira com que nos representamos uns aos outros e somos representados:

[...] Assim, uma ideologia sexual determina, por exemplo, o tipo de comportamento socialmente aceito, seja ele associado ao feminino ou ao masculino. Portanto, a ideologia é concebida não como um modo de pensamento advindo do sujeito social em particular, mas algo disseminado socialmente. Por isso, é relevante observar como os textos literários, na condição de produtos da cultura, reproduzem papéis e identidades de gênero que endossam ou não uma perspectiva hegemônica (SILVA, 2015, p. 25).

Nesse sentido, ainda de acordo com Silva,

[...] é interessante observar a maneira como certos escritores apropriam-se da literatura enquanto expressão de mundo e conseguem vincular fatos históricos e pessoais, oriundos de sua própria vivência familiar, por meio de personagens fictícios e, assim, atribuir um significado ou valor sociocultural à sua produção (SILVA, *op. cit.*, p. 32).

Embora não seja considerada personagem central no romance, Dona Amélia é uma personagem que, devido seu protagonismo, e as relações que estabelece com outros



RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806 - ON LINE

personagens, nos oferece várias possibilidades de discussão e análise. Órfã de mãe, amargurava uma vida de miséria ao lado do pai, que vivia bêbado e perdido pelas Ilhas próximas. Para sobreviver trabalhou como dançarina de coco, de isquetes, cortou seringa, apanhou açaí e gapuiava. Teve um filho, quando solteira, que foi a óbito após ter sido mordido por uma cobra.

Após enviuvar, Major Alberto decidiu residir na localidade de Cachoeira, com a finalidade de viver uma vida mais tranquila e sossegada ao lado de uma mulher que cuidasse de sua casa, dos afazeres domésticos e que também tivesse “disposição na cama”, uma vez que ainda almejava desfrutar ativamente dos prazeres sexuais. Aproveitando-se da situação miserável que Dona Amélia passava, ele a convidou para morar em sua casa na condição de “amancebados”, pois, por ela ser afrodescendente, a sociedade não lhe exigiria o casamento, configurando assim, em dupla moralidade, porquanto, a comunidade de Cachoeira via-o como um homem honesto. Como podemos comprovar na fala de seu amigo, Dr. Campos: “Antes de se mudar definitivamente para Cachoeira, Major refletiu que sua viuvez devia ser uma viuvez sossegada se achasse uma companheira ilegal para ele.” (JURANDIR, 1991 p. 76).

Ao reportar a união do Major Alberto com Dona Amélia por mulher, Dr. Campos refere-se a ela como uma companheira “ilegal” pelo fato da mulher negra não se enquadrar nas diretrizes estabelecidas socialmente, como no caso, o direito ao casamento. Como afirma Coutinho, “Por sua vez a mulher negra é descrita como lasciva, elemento corruptor da ordem familiar, representada de forma quase animalesca” (COUTINHO, 2010, p. 68 *apud* SANTOS, NETO E CESÁR, 2014, p.30).

Ao aceitar o convite do Major Alberto e ir morar na Vila de Cachoeira, Dona Amélia já previa que ele não assumiria formalmente a relação devido sua descendência, ainda assim, resolveu ir, pois ansiava por uma vida melhor, menos sofrida, e longe daquela situação miserável em que vivia, embora tivesse consciência do papel que deveria desempenhar:

- Ele me convidou. Não me assanhei para o lado dele. Tenho a consciência tranquila de que não fiz nada para ele me convidar. Se vou é para trabalhar para ele. Sou uma pobre. Cozinheiro, lavo, engomo e depois é a minha sorte ir agora com ele. Sou mulher para trabalhar. Se a minha sorte está marcada pra



RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806 - ON LINE

ficar com ele, fico. Pensa? Não tenho nem raiva do que as filhas dele dizem de mim. Por que ele não levou elas com ele? Não fui me agarrar nos fundilhos das calças dele para se amigar comigo. Não vou atrás de dinheiro dele porque sei que ele não tem. Ora, pouco estou me incomodando que falem. A única pessoa que me incomodava era mamãe. Essa, morreu. Sinto até hoje a morte dela que ninguém imagina. Papai se largou pelas ilhas (JURANDIR, 1991, p. 77).

De acordo com Costa (2005), o relacionamento amoroso de um homem branco com uma mulher afrodescendente nunca foi visto socialmente como concubinato, por isso, quando um homem branco se amigava com uma mulher negra não lhe era exigido pelas autoridades, ou pela igreja, o casamento, como acontecia com mulher branca. Todavia, Dona Amélia viu na união com Major Alberto a possibilidade de emancipação social, e por isso estava disposta a oferecer seus serviços domésticos e seu corpo como objeto de barganha em troca de um lar, e da estabilidade/segurança que essa união proporcionaria. Situação esta que, segundo Beauvoir (1970), foi/é uma prática “comum” entre as mulheres em nossa sociedade:

O corpo da mulher é um objeto que se compra; para ela, representa um capital que ela se acha autorizada a explorar. Por vezes ele traz um dote ao esposo, amiúde compromete-se a fornecer certo trabalho doméstico: cuidará da casa, educará os filhos. Em todo caso tem o direito de ser sustentada e a própria moral tradicional a exorta isso. É natural que seja tentada por essa facilidade tanto mais quanto os ofícios femininos são muitas vezes ingratos e mal remunerados; o casamento é uma carreira mais vantajosa do que muitas outras (BEAUVOIR, 1970, p. 170).

As próprias amigas aconselharam Dona Amélia a ir morar com o Major Alberto, dizendo-lhe que não era por ser “preta” que não tinha o direito de viver com um homem branco e de boa posição social, que poderia oferece-lhe uma vida melhor. A fala das amigas de Amélia deixa evidente sua condição racial arraigada socialmente: “E depois vais mais que uma cozinheira do que rapariga dele. Vai. Um passeio assim... Deixa o pessoal morrer aí de inveja, de raiva. Vai, pequena”. (JURANDIR, 1991, p. 77)

As filhas do Major quando souberam da atitude do pai em tomar Dona Amélia por companheira demonstraram logo antipatia por ela, pois achavam que por ser negra, Amélia não era uma pessoa de atributos confiáveis, de boa índole, também a consideravam inferior ao padrão social do pai e por isso não a reconheciam como

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806 - ON LINE

madrasta. Porém, Dona Amélia não se importava com os julgamentos preconceituosos que as enteadas faziam a seu respeito:

As filhas brigaram, mandaram recados ameaçadores, peitaram gente para convencer Amélia a não dar aquele passo. Era uma pretinha. Se ainda fosse pessoa de qualidade... Mas uma pretinha de pé no chão! Quem logo! Seu pai estava de cabeça virada para uma negra. Uma cortadeira de seringa! Com filhas moças e amigado com uma preta que virava mundo pelas Ilhas! (JURANDIR, 1991, p. 77).

Até mesmo seu filho Alfredo, às vezes sentia-se frustrado e marginalizado por sua condição de “mestiço”, filho de pai branco com mulher negra. Perdido em seus devaneios, desejava que as mãos que curavam suas feridas, e faziam-lhe carinho, não fossem pretas, não queria ter nascido filho de “mãe preta”. Muitas vezes imaginava Amélia branca, casada com o Major, cheia de cordões de ouro no pescoço, como via a mãe de Teles, uma senhora branca e gorda que ostentava joias e roupas de luxo para mostrar aos outros o quanto o esposo era rico.

Alfredo sentia-se envergonhado e cheio de remorso pela situação estranha e discriminatória a qual sua família era exposta, pelo fato de ser constituída de maneira heterogênea, por isso ficava constrangido só de pensar no Major e Dona Amélia saindo juntos pelas ruas, pois imaginava que poderiam ser alvo de ironias e piadas por parte da vizinhança. A atitude de Alfredo reflete a rejeição social que ele também sofria, decorrente de sua descendência étnica/racial:

[...] achava esquisito que seu pai fosse branco e sua mãe fosse preta. Envergonhava-se por ter de achar esquisito. Mas podia toda vila caçar deles dois se saíssem juntos. Causava-lhe vergonha, vexames, não sabia que mistura de sentimentos e faz-de-conta. Por que sua mãe não nascera mais clara? E logo sentia remorso de ter feito a si mesmo tal pergunta. Eram pretas as mãos que saravam as feridas, preto os seios, e aquele sinal pretinho que sua mãe tinha no pescoço lhe dava vagaroso desejo de o cariciar, beijando-lhe também os cabelos, se esquecer do carço, do colégio, das feridas, da febre, dos campos queimados avançando para a vila dentro da noite no galope do vento. Fica assim claro como se pela primeira vez, de repente, compreendesse que era filho, que brotara, de súbito, daquela carne escura (JURANDIR, 1991, p. 19).

Lucíola, uma mulher virgem, solteirona e obcecada pelo desejo materno, quis de todas as formas, aproveitar-se da condição racial de Dona Amélia, com a intenção de



RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806 - ON LINE

tomar para si a guarda de Alfredo, denegrindo-a como mãe desnaturada, desalmada, sem princípios morais para criar o filho, dizendo a todos que Dona Amélia matara o filho mais velho de propósito só para esconder a vergonha de ser mãe solteira, e o passado obscuro de quem provavelmente teria exercido o ofício de uma prostituta. Situações como estas acontecem, segundo Azevêdo, porque,

Certas pessoas vêem as diferenças de cor da pele e de tipo de cabelo entre as raças e acreditam que elas representam profundas diferenças biológicas. Não apenas isso, mas admitem também que essas diferenças são responsáveis por todo tipo de comportamento em pessoas de raça diferente (AZEVEDO, 1987, p. 16).

Contudo, Lucíola planejou matar Dona Amélia envenenada, como uma forma de justiça, fazendo com que ela pagasse pela morte do filho e por tantas outras infâmias que provavelmente teria cometido por ser uma “preta”, e questionava a si mesma: “[...] por que Dona Amélia não morria? Por quê? Alfredo ainda estava bem menino e se a Dona Amélia morresse, o pequeno cresceria junto dela” (JURANDIR, 1991, p. 44). Por outro lado, Amélia indignava-se com as intenções de Lucíola em querer justificar seu direito maternal sobre Alfredo a qualquer custo.

As senhoras conservadoras também lastimavam a união do Major Alberto com Dona Amélia, não se conformavam com a escolha justamente de uma mulher “preta” para ser sua companheira, não a respeitavam como mulher, nem como ser humano, como pode ser observado no fragmento abaixo:

Aquela preta passa bem na casa dela. Afrontando a sociedade com aquela preta. Uma preta. Rapariga. O que me mete uma raiva é a gente se casar, fazer tudo pra manter a virtude da gente e no cabo de tudo, a miséria vem para cima de nós e não para cima dos que vivem na amasiagem, fora da lei, da sociedade (JURANDIR, 1991, p. 133).

Mesmo as pessoas que Amélia ajudava, sem o consentimento do marido, também a discriminam pela sua condição de negra “amasiada com homem branco”. Apesar de boa e caridosa com os pobres, Dona Amélia não consegue “fugir” do estigma racial que deixa marcas profundas em sua condição de mulher, negra e pobre, e por isso



RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806 - ON LINE

“era tida em muitas casas, em Cachoeira, como uma criatura má, ambiciosa, sumítica” (JURANDIR, 1991, p. 64).

Segundo Santos, Neto e César (2014), isso ocorre devido à expansão da cultura europeia imposta ao nativo durante a colonização, que colocou como supremacia a cor branca, determinando o sistema de hierarquia através da classificação racial dos povos, sendo o negro apresentado às demais populações como a raça mais desvalorizada. Por conta disso, na sociedade Cachoeirense, apesar de a maioria da população, ser formada por mestiços, Dona Amélia sofre preconceito racial.

No tocante à preferência sexual do homem branco pela mulher de cor, Santos, Neto e César (2014), afirmam que a mulher negra desde o período escravocrata foi apresentada socialmente de maneira mitológica, como um ser libertino, quente e com uma irrefreável disposição para os prazeres sexuais, aguçando assim, as fantasias eróticas masculinas. Tal afirmação se comprova na fala de Dr. Campos, juiz substituto em Cachoeira, quando este comenta sobre o motivo que levou o amigo a se amigar com Dona Amélia, supondo ele que a real intenção do Major certamente seria a preferência sexual, já que o sexo com a mulher negra era tido como mais “satisfatório” para o homem branco: “Major Alberto não gosta de café puro nem de leite simples. E sim, café com leite, com mais café que leite. Fica é mais gostoso e eu sei por experiência” (JURANDIR, 1991. p. 78).

Ao se referir à própria esposa, Dr. Campos não demonstra entusiasmo, diz se tratar de uma mulher religiosa, estudada e muito culta, porém, muito branca, por isso ele gostava de viver em Cachoeira, onde o relacionamento com mulheres negras e mestiças era livre das convenções sociais e religiosas. Segundo Azevêdo (1987, p.46): “Até hoje, prevalece na sociedade brasileira, entre os homens de classe social mais privilegiada, a ideia de exploração e uso da mulher de cor como objeto de prazer eventual”.

No decorrer da narrativa, Alfredo percebe sua mãe cada vez mais distante do núcleo familiar, transtornada, triste e isolada, afastada daquele meio hostil e excludente no qual vivia. Ela havia prometido mandá-lo para Belém, para prosseguir nos estudos, mas para isso precisava do consentimento do Major, e este se mostrava indiferente ao desejo de ambos. Impossibilitada de tomar decisões referentes à esfera pública, por



RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806 - ON LINE

questões culturais e sociais, Amélia vai se desiludindo com a decisão que tomou de unir-se ao Major Alberto, pois compreendia que nesse relacionamento não tinha voz, mesmo sendo mãe de dois filhos dele, servia apenas para os serviços domésticos e para atender seu prazer sexual.

O fracasso de Amélia em ser aceita e respeitada socialmente, e pela sua resignação e falta de voz, pode ser melhor entendido com base na definição da categoria feminina estipulada pelas feministas, de mulher-objeto, como nos aponta Zolin:

[...] a mulher-objeto define-se pela submissão, pela resignação e pela falta de voz. As oposições binárias subversão/aceitação, inconformismo/resignação, atividade/passividade, transcendência/iminência, entre outras, referem-se, respectivamente, a essas designações e as complementam (ZOLIN, 2003, p. 163).

Com o passar do tempo Dona Amélia começa a mudar seu comportamento em relação ao marido, tornando-se, às vezes, impaciente, “[...] incoerente, se desdizia, se queixava, dizia que nem se fosse vender tacacá em Belém, mas Alfredo tinha que ir pra o colégio, depois ficava num entorpecimento.” (JURANDIR, 1991, p. 258). Insatisfeita com a situação do filho, e a falta de atitude do esposo, ela já não se apresentava tão disposta a servi-lo, como fazia antes, e aborrecia-se cada vez mais por ter que esperar pela decisão do marido para tudo, sem poder agir por si mesma.

Segundo Miranda e Schimanski (2004), isso ocorre devido às diferenças de classe imposta socialmente, em que as relações entre homens e mulheres são estabelecidas de forma desigual, nas quais as questões de gênero são profundamente destacadas como opressoras à condição feminina, uma vez que é negada à mulher condições igualitárias enquanto ser humano, e isso se torna ainda mais evidente em Dona Amélia por ela ser negra.

Como podemos observar na discussão aqui apresentada, na relação entre Dona Amélia, o Major Alberto, o filho Alfredo, e outras personagens representantes da sociedade cachoeirense, a representação de gênero encontra-se fortemente atrelada a questões de classe, raça e sexo, pois o homem branco representa a classe dominante, aqueles que detêm o poder, e Dona Amélia, por outro lado, representa o ser subalterno, a classe desfavorecida e miserável, que vive à margem. O drama vivido pela personagem



RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806 - ON LINE

no decorrer da narrativa, e sua condição de mulher, e negra, nos mostra que o sistema patriarcal define não somente questões relacionais entre homem e mulher, mas determina todo um sistema de poder através das relações de gênero, que se entrecruzam com outras categorias como classe, raça e etnia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: DONA AMÉLIA E A CONDIÇÃO DA MULHER NA AMAZÔNIA

A condição feminina aqui analisada, através da personagem Dona Amélia, contextualiza-se na região Amazônica a partir da colonização portuguesa, quando o nativo foi submetido ao sistema de governo implantado pelos portugueses, que passaram a determinar as relações de poder estabelecidas através das categorias de classe, gênero, raça e etnia. Nesse contexto, a mulher foi estereotipada socialmente como um ser inferior ao homem, principalmente quando se tratava da mulher negra, passando a sofrer não só a opressão social, mas também a discriminação racial e sexual.

Assim, no sistema patriarcal, a cor da pele não representava apenas a “raça”, como também a condição social do indivíduo, dessa forma, a mulher branca foi idealizada para constituir família, casar, ter filhos, e ser respeitada socialmente, embora não participasse da esfera pública, enquanto, a mulher negra, marginalizada pelo poder público e privado, era tida como “objeto” de prazer sexual do homem branco, vivendo à margem da sociedade, como um ser inferiorizado e subalterno, desprovida de qualquer direito.

Dalcídio Jurandir, na obra *Chove nos Campos de Cachoeira*, busca evidenciar a condição subalterna e excludente da mulher na Amazônia através da personagem Dona Amélia, que para sobreviver a sua condição de mulher pobre e miserável, obrigara-se a viver “amasiada” com um homem branco e de boa posição social, caracterizando-se como objeto de prazer sexual, cuja “recompensa” seria a garantia de uma melhor condição de vida.



RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806 - ON LINE

Percebemos que a inserção do sistema patriarcal na Amazônia, assim como em outras partes do Brasil e do mundo, determinou universalmente, e de forma hegemônica, a fixação de uma identidade social baseada num processo de reprodução de identidade e diferença biológica, imposta através das relações econômicas, políticas e sociais que, na atualidade, ainda persiste em nosso meio, mas que precisa ser combatida veementemente.

Apesar da luta de vários grupos marginalizados, e de estudos e pesquisas que problematizam a noção de gênero com o intuito de romper com os paradigmas socialmente impostos e constituídos pelo poder hegemônico, ainda se tem muito a buscar e conquistar, porquanto o movimento feminista em sua primeira fase se subsidiou somente nas experiências vivenciadas por mulheres brancas, excluindo a mulher negra e a indígena, e também outros grupos minoritários que ainda hoje se encontram marginalizados na sociedade contemporânea, como os gays, lésbicas, entre outros, submetidos à exclusão social, ao racismo, ao sexismo, que tornam o ser humano vítima de preconceitos e exclusões subsidiadas por convenções tradicionais e hegemônicas, seja de cunho cultural, religioso, social, político e/ou econômico, que precisam ser cada vez mais discutidas e combatidas.

REFERÊNCIAS

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Abril Cultura; Editora Brasiliense, 1985.

ASSMAR, Olinda Batista. **Dalcídio Jurandir: um olhar sobre a Amazônia**. Rio de Janeiro: Galo Branco, 2003.

AZEVÊDO, Eliane. **RAÇA: Conceito e preconceito**. São Paulo: editora Ática, 1987.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. v. 1, trad. Sérgio Milliet. 4 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1970.

BONNICI, Thomas. **Teoria e Crítica Literária Feminista: Conceitos e tendências**. Maringá: Edum, 2007.



RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806 - ON LINE

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CARLOTO, Cássia Maria. **O conceito de gênero e sua importância para análise das relações sociais**. In Serv. Social. Ver. Londrina v. 3 n. 2. p. 119-245 jan/jun. 2001. Disponível em: www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v3n2_genero.htm. Acesso ao site: no dia 01/jan/2015.

COSTA, Heloísa Lara Campos da. **As mulheres e o poder na Amazônia**. Manaus: EDUA, 2005.

JURANDIR, Dalcídio. **Chove nos Campos de Cachoeira**. 3. ed. Belém-Pará: CEJUP. 1991.

MIRANDA, Tereza Lopes, SCHIMANSKI, Edina. **Relação de gênero: Algumas considerações conceituais**. In: FERREIRA, Aparecida de Jesus (org.). **Relações étnico-raciais, de gênero e sexualidade: perspectivas contemporâneas**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014.

NICHOLSON, Linda. **Interpretando o gênero**. In: Revista Est. Feminista. Vol. 8, n. 2, p. 09 a 40. 2000.

PRISCITELLI, Adriana. Reflexões em torno do gênero e feminismo. In: Cláudia de Lima Costa e Simone Pereira Schmidt (Orgs): **Poéticas e políticas feministas**. Florianópolis: ed. Mulheres, 2005.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, Célia Regina dos; WIELEWICKI, Vera Helena Gomes. **Literatura de autoria minorias étnicas e sexuais**. In: BONNICI E ZOLIN. Thomas; Lúcia Osana (orgs.). **Teoria Literária: Abordagens históricas e tendências contemporâneas**. Maringá: Edum, 2003.

SANTOS, Daiana Brunetto Carlin dos, OLIVEIRA NETO, Marcolino Gomes de, CESÁR, Maria Rita de Assis. Sexualidades Contemporâneas: a (des)identidades de gênero e sexuais como resistência ou contraconduta. In: FERREIRA, JOVINO E SALEH. Aparecida de Jesus; Ione da Silva; Pascoalina Bailon de Oliveira (orgs.). **Um olhar interdisciplinar acerca de identidades sociais de raça, gênero e sexualidade**. São Paulo: Pontes Editores, 2014.



RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806 - ON LINE

SANTOS, Isabel dos. **Chove nos campos de cachoeira: o primeiro romance moderno da Amazônia.** Porto Alegre, 2010.

SILVA, Joanna da. **A mulher e o poder na ficção de Milton Hatoum.** Curitiba: Appris, 2015.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SOUZA, Márcio. **A expressão amazonense: do colonialismo ao neocolonialismo.** São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

SCARTI, Cynthia Andersen. **O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória.** Estudos feministas Florianópolis maio-agosto, 2004. Acesso 15 de mar. 2015.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Educação & realidade. Porto Alegre, 16(2), p. 5-22, julho/dezembro 1990.

ZOLIN, Lúcia Osana. Crítica feminista. In: BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana. (orgs.) **Teoria literária: Abordagens históricas e tendências contemporâneas.** Maringá: Eduem, 2003.

Recebido em 20/2/2018.

Aceito em 20/6/2018.

Sobre os autores e contato:

Rosiely Façanha a Cunha - Graduada em Letras (Português/Inglês), pela Universidade Federal do Amazonas-UFAM

Joanna da Silva - Professora do Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente da Universidade Federal do Amazonas-IEAA/UFAM, Mestra em Teoria Literária, Doutoranda em Literatura pela Universidade de Brasília-UnB. E-mail:jo-humaitá@ufam.eud.br